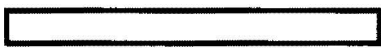


**GUSTAVO DA GAMA
VITAL DE OLIVEIRA**

ICMS NO
ESTADO DO
RIO DE JANEIRO



TEORIA E PRÁTICA

2ª EDIÇÃO

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2022

Copyright © 2022 by Gustavo da Gama Vital de Oliveira

Categoria: Direito Financeiro e Tributário

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Rômulo Lentini

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

OL48i

Oliveira, Gustavo da Gama Vital de
ICMS no Estado do Rio de Janeiro : teoria e prática / Gustavo da Gama
Vital de Oliveira. – 2. ed. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2022.
428 p. ; 23 cm.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-519-2192-0

1. Direito tributário - Brasil. 2. Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - Legislação - Rio de Janeiro (Estado). 3. Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – Jurisprudência – Brasil. I. Título.

CDD 343.8104

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

Sumário

Capítulo 1 - Fato gerador	1
1. Fato gerador circulação de mercadorias.....	1
1.1 Salvados de sinistros.....	7
1.2 Comodato e locação	7
1.3 Consignação	12
1.4 Reorganizações societárias.....	14
1.5 Integralização de capital social.....	16
1.6 Incorporação no ativo de bens de fabricação própria	17
1.7 Alienação de ativo imobilizado	17
1.8 Fornecimento de água tratada por concessionárias de serviço público.....	21
2. Fato gerador prestação de serviços de comunicação	24
2.1 A Lei Geral de Telecomunicações (Lei 9.742/98 – LGT). A corrente ampliativa e a corrente restritiva no ICMS-comunicação.....	25
2.2 Serviço de telecomunicação x serviço de valor adicionado.....	36
2.3 ICMS-comunicação e conflitos com o ISS.....	40
3. Fato gerador prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal.....	40
Capítulo 2 – ICMS na exportação e na importação.....	47
1. Imunidade do ICMS nas exportações e a CF	47
1.1 Imunidade das exportações e LC 87/96.....	48
1.2 Abrangência da imunidade do ICMS nas exportações	53

1.3 Possibilidade ou não de revogação da imunidade do ICMS nas exportações. Cláusula pétrea	56
2. ICMS na importação	60
2.1 Não incidência de ICMS na importação e saída de pescados de país signatário do GATT	61
2.2 EC 33/01 e o ICMS na importação por pessoa física e não contribuinte	68
2.3 O problema das leis estaduais editadas antes da modificação da Lei Kandir. Temas 171 e 1094 de repercussão geral	72
2.4 Definição do sujeito ativo do ICMS na importação. Tema 520 de repercussão geral.....	75
Capítulo 3 – Base de cálculo e alíquotas	81
1. Base de cálculo.....	81
1.1 Descontos incondicionais e mercadorias em bonificação.....	81
1.2 Pauta fiscal. Súmula 431 do STJ.....	88
1.3 Base de cálculo e acréscimos financeiros	91
1.4 Seguro de garantia estendida	94
1.5 Energia elétrica: demanda contratada, TUST, TUSD.....	96
2. Alíquotas	97
2.1 Seletividade. LC 194/2022	98
2.2 A EC 87/2015 e o DIFAL. Convênio 93/2015. Temas 517 e 1093 de repercussão geral. LC 190/2022	104
2.2.1 Relação da EC 87/2015 com o conflito origem x destino na economia digital. O caso “South Dakota v. Wayfair” da Suprema Corte dos EUA.....	114
2.3 Exigência de DIFAL nas operações envolvendo bens do ativo imobilizado/uso e consumo com contribuintes do ICMS	116
2.4 A Resolução 13/2012 do Senado Federal	120

Capítulo 4 – FECP (Fundo de combate à pobreza e às desigualdades sociais)...	123
1. A criação do FECP	123
2. Inconstitucionalidade da “convalidação” dos adicionais do FECP pela EC 42/03. ADI 2869-RJ e o RE 592.152/SE.....	124
3. Escrituração fiscal ICMS e FECP. Divergência de informações fiscais e recolhimento a maior	130
4. Exigência de ICMS e FECP no mesmo auto de infração	133
Capítulo 5 – Benefícios fiscais e guerra fiscal	135
1. Panorama da guerra fiscal. ADPF 190	135
2. A glosa de créditos de ICMS e o tema 490 de repercussão geral.....	137
3. A LC 160/2017 e o Convênio ICMS 190/2017.....	143
4. Possibilidade de concessão de benefícios fiscais de ICMS apenas por lei estadual.....	146
4.1 Benefícios fiscais que não induzem guerra fiscal.....	146
4.2 Diferimento	149
4.3 Transação e Parcelamento.....	150
5. A LC 160/2017 e o Estado do Rio de Janeiro. Regime de recuperação fiscal (LC 159/2017). Benefícios por adesão	152
6. A tutela da confiança legítima e os benefícios fiscais. Quadro normativo do Estado do Rio de Janeiro.....	156
6.1. Benefício fiscal da Lei RJ 4.177/2003	165
6.2. Benefício fiscal da Lei RJ 6.979/2015.....	168
Capítulo 6 – FEEF (Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal) e FOT (Fundo Orçamentário Temporário)	173
1. A criação do FOT como substituto do FEEF.....	173
2. Inconstitucionalidade do FOT e do FEEF	175

3. A transição do FEEF para o FOT.....	187
4. A problemática da submissão ou não dos benefícios ao FEEF e FOT	189
Capítulo 7 Não cumulatividade.....	197
1. Crédito físico x crédito financeiro	197
2. Não cumulatividade da Lei RJ 2.657/96.....	201
3. Impossibilidade de crédito na entrada de energia elétrica por supermercado em panificação, restaurante, açougue, peixaria e laticínios. Súmula 146 TJRJ.....	204
4. Possibilidade de creditamento de ICMS incidente sobre energia elétrica na prestação de serviços de telecomunicações. Tema 541 recurso repetitivo.....	205
5. Crédito relativo a combustível utilizado por prestador de serviço de transporte	207
6. Créditos em razão de pagamentos realizados no bojo de programa de parcelamento	212
7. Mutações societárias, sucessão de estabelecimento e créditos de ICMS.....	213
8. Impossibilidade de manutenção de créditos de ICMS relativos a produtos com perecimento em razão das medidas adotadas para o combate à pandemia do COVID-19	214
9. Direito ao crédito e erros formais. Possibilidade de prova pericial.....	215
Capítulo 8 – Responsabilidade e substituição tributária.....	219
1. A reserva de lei complementar para dispor sobre normas gerais de responsabilidade tributária.....	219
2. Responsabilidade tributária de ICMS e <i>marketplaces</i> (Lei RJ 8.795/2020)....	224
3. Responsabilidade tributária de ICMS e intermediador financeiro (Lei RJ 8.795/2020)	236
4. Substituição tributária e reserva de lei estadual	237

5. Substituição tributária em operações interestaduais. Art. 9º da LC 87/96	240
6. Inconstitucionalidade da cobrança de DIFAL-ST com base dupla	245
7. Substituição tributária, modificação de margem de valor agregado (MVA) e anterioridade. Lei RJ 8.926/2020	246
8. Substituição tributária. Revogação de liminares em ações propostas por substituídos.....	252
9. Substituição tributária, restituição e complementação – tema 201 de repercussão geral. Lei RJ 9.198/2021	254
10. Restituição de diferenças na base de cálculo da substituição tributária e desnecessidade de comprovação do art. 166 do CTN.....	259
11. Exame crítico da substituição tributária – necessidade de sua redução.....	264
12. Supressão de hipótese de substituição tributária no Estado do Rio de Janeiro	267
Capítulo 9 – Conflitos ICMS x ISS	271
1. Conflitos de competência e lei complementar.....	271
2. Farmácias de manipulação	285
3. Serviços gráficos/embalagens	288
4. <i>Software</i>	291
4.1 Panorama no Estado do Rio de Janeiro.....	295
5. ICMS-comunicação x ISS.....	301
5.1 Monitoramento de veículos.....	301
5.2 Veiculação de publicidade.....	305
5.2.1 Dados históricos.....	305
5.2.2 Razões para não incidência do ICMS na hipótese de veiculação de publicidade.....	308
5.2.3 Panorama do tema após a LC 157/2016	321

5.3 <i>Streaming</i>	327
5.4 <i>Internet</i> das coisas (IoT).....	331
6. Impressão 3D	334
7. Operações com criptoativos.....	336
8. Operações com <i>non-fungible token</i> (NFT).....	338
9. Recarga de veículos elétricos.....	340
Capítulo 10 – Temas especiais de ICMS-RJ.....	345
1. Decadência – divergência em relação ao termo inicial	345
2. Sanções – Lei RJ 2.657/96 – Inconstitucionalidade de multas punitivas superiores a 100%.....	354
2.1 Inconstitucionalidade da multa prevista no art. 62-B, II, da Lei RJ 2.657/96	356
3. Regras de sigilo de informações financeiras (LC 105/2001) e o Decreto RJ 46.902/2020.....	360
4. Prazo máximo de fiscalização	366
5. Regulamentação da cláusula antielisiva no Estado do Rio de Janeiro. Lei RJ 7.988/2018.....	368
6. ICMS-RJ: óleo e gás.....	370
6.1 Não incidência de ICMS na extração mineral de petróleo	370
6.2 REPETRO-SPED e ICMS	373
6.2.1 Convênio ICMS 3/2018 no Estado do Rio de Janeiro. Inconstitucionalidade da cláusula nona do Convênio ICMS 3/2018.....	377
Referências.....	391